

## **Consideração preliminar do ForPlad às propostas par ao Ensino Superior apresentadas no Relatório do Banco Mundial (Um Ajuste Justo).**

O nosso objetivo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), ao produzir esse documento para envio a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), é apresentar considerações preliminares ao Relatório *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e gasto público no Brasil* produzido pelo Banco Mundial. Este Relatório foi encomendado pelo Governo brasileiro em 2015, e que somente neste mês de novembro foi concluído e amplamente divulgado no país através dos meios de comunicação.

Apesar do Relatório apresentar um diagnóstico de vários setores que compõem o Estado brasileiro, a resposta expressa nesse documento está restrita ao capítulo *Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública*, particularmente no que se refere à educação superior.

- 1) O Banco Mundial considera “As despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas”. E afirma que do total que se gasta em educação, 25% está na conta do desperdício, sendo que o Relatório não apresenta qualquer fundamentação metodológica que justifique a porcentagem que serve de parâmetro para o cálculo dos recursos considerados desperdiçados, além de não evidenciar claramente a má gestão resultante de tais perdas. As universidades são permanentemente monitoradas, não apenas pelo Ministério da Educação, mas pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria Geral da União, pelo Ministério Público. Com esses mecanismos de controle sobre a gestão é impossível que a taxa de desperdício em contratos chegue ao percentual expresso no Relatório. Ao contrário, há anos as licitações e contratos têm sido aprimorados, com normas cada vez mais eficazes para aplicação de recursos públicos, mapeando riscos e oportunidades, garantindo o bom uso dos recursos.
- 2) O Banco Mundial não avalia o impacto e eficiência dos gastos com o programa de Financiamento Estudantil (FIES), que já consome expressivos 16% do orçamento anual do MEC, mais da metade de todos

os gastos do Ensino Superior (31% do orçamento do MEC) – conforme Figura 81 (Gastos federais por categoria, 2015) do Relatório. São diversas as avaliações críticas à ineficiência desse programa: falta de critérios, baixa indução estratégica, alta inadimplência, alto risco para o governo, baixo risco para as empresas. As vagas garantidas no setor privado graças ao FIES distorcem os dados que serão apresentados a seguir pelo Banco Mundial, pois forte subsídio público via FIES colabora decisivamente para reduzir taxa de evasão, ampliar ocupação de vagas, maquiando a incapacidade do setor privado de ocupação das próprias vagas ofertadas e de alavancar sistemas privados de financiamento de estudos.

- 3) O Relatório afirma que o gasto por aluno nas universidades públicas é de 2 a 5 vezes maior do que nas privadas, com custo de 40 mil reais/ano por aluno. As universidades públicas não se dedicam apenas ao ensino de graduação, como a imensa maioria das instituições privadas, de modo que a comparação em valores nominais é equivocada. As universidades públicas mantêm hospitais universitários, biotérios, parques de laboratórios entre outros aspectos que precisariam ser considerados. Os docentes se dedicam também à pesquisas diversas, pós-graduações, programas e projetos de extensão, além de atuar na gestão da universidade. De modo que sua carga horária de dedicação à graduação é um percentual do total de carga horária, diferentemente dos docentes de universidades privadas, que basicamente se dedicam exclusivamente à sala de aula e recebem apenas por isso. Por isso é despropositada a avaliação bruta de custo do sistema dividido por número de alunos, devem ser considerados diversos outros fatores.
- 4) Também afirma que os 65% dos estudantes das universidades públicas pertencem aos 40% mais ricos da sociedade e só 20% das vagas ocupadas pelos 40% mais pobres, por isso, deveriam cobrar mensalidade. Dados Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) desmentem essas informações, apresentadas pelo Banco Mundial, aliás, sem fonte. Segundo o Fonaprace, 51,4% dos estudantes matriculados nas Universidades

Federais em 2016 são de famílias com renda de até três salários mínimos, enquanto o Banco Mundial afirma serem apenas 20%. De outro lado, apenas 10,6% dos estudantes integram famílias de renda superior a dez salários mínimos. Em seu informe o Banco Mundial desconsidera a política de cotas (hoje atendendo 50% das vagas), de acesso, inclusão e permanência de estudantes de baixa renda e vindos do ensino médio público, que alteraram substancialmente o perfil dos estudantes das Universidades Federais.

- 5) Após recomendar a cobrança de mensalidades, o Relatório sugere a utilização de um programa para as Universidades Públicas similar ao FIES para o subsídio aos mais pobres, como ocorre com as privadas. Tal proposta inverte o sentido de uma política universalista, que deveria crescer em número de matrículas no setor público, conforme o Plano Nacional de Educação – atualmente ignorado pelo governo federal. A política de bolsas focalizadas serve para desmanchar políticas universais. E, além disso, para legitimação do próprio FIES, que tem consumidos valores orçamentários vultuosos (16 bilhões de reais em 2016) para subsídio direto às empresas privadas de educação superior. Considera que as universidades públicas “tendem a apresentar melhor desempenho em exames padronizados, o valor adicionado das universidades privadas parece ser semelhante ao das universidades privadas”. Com isso, o custo por aluno não seria justificado, por o valor adicionado é similar. O processo de avaliação de desempenho de universidades é complexo e envolve diversos fatores. A prova Enade é apenas um deles. Mesmo o cálculo de valor adicional deve ser relativizado, pois estatisticamente, é mais difícil adicionar valor em faixas mais elevadas de avaliação do que em faixas baixas, nas quais os ganhos acabam mais correspondendo a complementação do ensino médio. Outros critérios compõe o ranking geral de cursos e universidades e não apenas o Enade. No ranking MEC-IGC dentre as 20 melhores do Brasil, todas são públicas. No mais recente ranking internacional Times High Education (THE de out/2017), dentre as 20 mais bem avaliadas no Brasil, 17 são públicas. Contudo, ainda estamos

distantes das grandes universidades globais. Atualmente o Brasil não possui nenhuma entre as 100 primeiras. Impedir que nossas universidades públicas cresçam e se fortaleçam para competir globalmente interessa ao país ou a organismos internacionais e empresas dos países centrais que querem manter o monopólio da criação de valor-conhecimento para manter uma relação desigual entre as nações?

Redação Pedro Arantes (Unifesp) e Jailson Santos (UFRJ)